

# Aumentam as expectativas em torno de um novo choque

Otávio Veríssimo

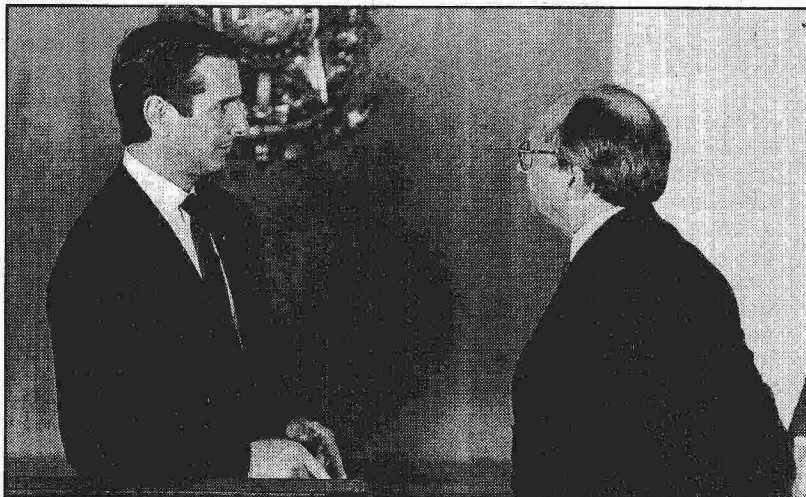
É cada vez menos provável que, em caso de impedimento do presidente Fernando Collor, o vice, Itamar Franco, possa manter o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Como se não bastasse reiteradas declarações do ministro dando conta que deixa o Governo quando a Câmara decidir se aceita ou não o pedido de impeachment, a própria dinâmica da crise tem dificultado o cumprimento desse compromisso, que foi assumido conjuntamente com os demais ministros e cujo principal objetivo seria evitar o vácuo de poder. Esse fato, associado às previsões de reaceleração da inflação, alimentam expectativas cada vez maiores de um novo choque na economia.

Prevalece, no Ministério da Economia, a sensação de que o presidente Collor estaria desmontando a articulação feita pelos ministros Célio Borja, Bornhausen e Marcílio. Depois de afastar Bornhausen da coordenação política, Collor estaria agora com as atenções voltadas para o Ministério da Economia, onde há resistências a uma flexibilização dos gastos públicos. E a forma de vencer essa resistência seria substituir Marcílio.

Outro fator que depõe contra a permanência de Marcílio e, conseqüentemente, fortalece a tese de um novo choque na economia, é a constatação de que a atual política econômica esgotou-se. Assim, se conseguir evitar o impeachment, Collor tentaria se recuperar consolidando sua base política e recorrendo a medidas radicais.

Na hipótese de queda de Collor, a adoção de uma política econômica mais próxima das linhas do PMDB, PSDB e PT parece ser a mais provável. Nesse caso especula-se sobre a volta de algum tipo de controle de preços — provavelmente prefixação —, alterações no programa de privatizações, redução do ritmo de abertura da economia, recuperação

ADALTO CRUZ



Marcílio deve sair caso impeachment de Collor seja concretizado

parcial dos salários e um certo desenvolvimentismo apoiado em objetivos mais sociais como a construção de casas populares e saneamento básico.

**Alternativas** — De qualquer forma, a idéia de algo como um simples congelamento de preços e salários parece pouco provável, tal é o grau de ceticismo e críticas a esse instrumento. Entre os economistas que defendem uma política mais ativa como forma de estabilizar a economia existem basicamente dois grandes grupos de propostas: o primeiro trata da prefixação dos principais preços da economia. A sugestão foi vazada pelo governador Luiz Antônio Fleury Filho como uma proposta para o governo Itamar. Há, no entanto, divergências dentro do próprio PMDB quanto a eficácia dessa medida e quanto às possibilidades de sua implementação.

O segundo grupo é composto basicamente por variações em torno da idéia de dolarização como forma de criar um padrão monetário estável capaz de restaurar a confiança na moeda. Nesse contexto ressurgem a antiga proposta de criação de uma dupla moeda. Desenvolvida inicialmente pelos economistas Pêrsio Arida e André Lara Resende, em meados dos anos 80, a proposta foi retomada ano passado por Fran-

cisco Lopes — “Plano Real” — e mais recentemente pelo próprio Lara Resende ao propor a criação de títulos lastreados em dólares, cuja circulação seria controlada por um conselho da moeda (currency board).

**Indexação** — Há também a proposta, elaborada pelo ex-ministro João Sayad, de uma combinação entre indexação geral dos preços em dólares, exceto salários, sucedida por uma reforma tributária e o lançamento de títulos lastreados em moeda forte; ou ainda uma proposta mais simples, voluntária e gradual de adoção do dólar como indexador da economia. Essa última proposta, batizada de dolarização branca, é defendida por economistas como Paulo Guedes, Pêrsio Arida e José Roberto Mendonça de Barros.

Mais radical, entretanto, é o plano de dolarização atribuído ao presidente do Banco Icatu, Daniel Dantas, e que ficou conhecido como “Plano Hiroshima”. O plano, que passou por gabinetes influentes do Planalto e chegou a ser examinado seriamente como alternativa para fazer frente às dificuldades políticas do Governo, previa a dolarização mais ou menos como ocorreu na Argentina, precedida de uma desvalorização do cruzeiro da ordem de 50 por cento.